

16/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: SERGIO AMILCAR DE AGUIAR MAIA
IMPTE.(S)	: CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

Processual Penal. Habeas Corpus. Impedimento. Imparcialidade do julgador. Intervenção probatória do magistrado em procedimento de delação premiada. Não configuração das hipóteses taxativas. Inocorrência. Art. 252 do CPP. Precedentes. Ordem Denegada.

1. As hipóteses de impedimento elencadas no art. 252 do Código de Processo Penal constituem um **numerus clausus**. Precedentes (HC nº 92.893/ES, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJ de 12/12/08 e RHC nº 98.091/PB, 1ª Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 16/4/10).

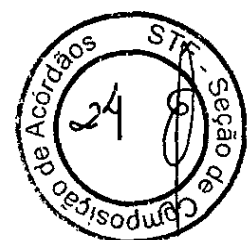
2. Não é possível interpretar extensivamente o inciso III de modo a entender que o juiz que atua em fase pré-processual ou em sede de procedimento de delação premiada em ação conexa desempenha funções em outra instância (o desempenhar funções em outra instância é entendido aqui como a atuação do mesmo magistrado, em uma mesma ação penal, em diversos graus de jurisdição).

3. Reinterrogatório de corréus validamente realizado em processo distinto daquele em que surgiram indícios contra o investigado (CPP, art. 196) e que não constitui impedimento à condução de nova ação penal instaurada contra o paciente.

4. Inquérito policial instaurado por requisição do Ministério Público. Atuação do magistrado: preside o inquérito, apenas como um administrador, um supervisor, um coordenador, no que concerne à montagem do acervo probatório e às providências acautelatórias, agindo sempre por provocação, jamais de ofício. Não exteriorização de qualquer juízo de valor acerca dos fatos ou das questões de direito emergentes na fase preliminar que o impeça de atuar com imparcialidade no curso da ação penal.

4. Ordem denegada.

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 16 de junho de 2010.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

16/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: SERGIO AMILCAR DE AGUIAR MAIA
IMPTE.(S)	: CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Carlos Alberto Farracha de Castro em favor de Sergio Amílcar de Aguiar Lima, buscando “*anular o acórdão atacado, julgando procedente a exceção de impedimento oposta, a fim de que a ação penal originária seja processada e julgada pelo substituto do Juiz Federal Sergio Fernando Moro, anulando todos os atos praticados desde o recebimento da denúncia*” (fl. 13).

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 58.502/PR, Relatora a Ministra **Laurita Vaz**, impetrado com o mesmo objetivo ora pretendido.

Sustenta o impetrante, em síntese, o constrangimento ilegal imposto ao paciente, uma vez que a decisão atacada “*ofendeu o princípio do devido processo legal e principalmente o sistema acusatório adotado por nossa legislação (...)*” (fl. 8).

Aduz, para tanto, que o juiz da causa não poderia ter recebido a denúncia e processado a ação penal, tendo em vista que presidiu a delação premiada que serviu de base probatória para o seu convencimento no tocante à responsabilidade criminal do ora paciente.

Argumenta, na inicial, que “*o impedimento do Magistrado, não resulta simplesmente do fato que não acolheu o pedido de arquivamento manifestado pelo MPF, como faz crer o ato atacado. Não é só isso. Seu impedimento é derivado do fato de que, em conjunto com o Ministério Público, participou e presidiu a delação premiada de co-réus, quando o feito estava na fase do artigo 499 do CPP*” (fl. 8).

Assevera, ainda, que “*houve sucessivas intervenções do Magistrado, a saber: (i) expedição de sucessivos ofícios ao STJ, em habeas corpus de outro co-réu, argumentando o motivo da demora de julgamento do habeas, o que - no mínimo - não é usual; (ii) manifestações de ‘ofício’ em ações conexas; (iii) imputações atinentes ao ora paciente, em outro inquérito, instaurado a partir de denúncia*

anônima, já anulado pelo Superior Tribunal de Justiça" (fl. 10).

Requer o deferimento da medida liminar para **"determinar... o trâmite da ação penal nº 2003.70.00.068722-7/PR até o julgamento final do mérito do presente habeas corpus"**. No mérito, que seja concedida a ordem **"para que seja confirmada a liminar postulada e, conseqüentemente, seja definitivamente concedida a ordem de habeas corpus, para o fim de anular o acórdão atacado, julgando procedente a exceção de impedimento oposta, a fim de que a ação penal originária seja processada e julgada pelo substituto do Juiz Federal Sergio Fernando Moro, anulando todos os atos praticados desde o recebimento da denúncia"** (fl. 13).

O Ministro **Menezes Direito** indeferiu o pedido de liminar (fls. 140 a 145).

As informações foram prestadas à folha 162 e encaminhados os documentos de fls. 163 a 177.

O Ministério Público Federal, pelo parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Wagner Gonçalves**, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 180 a 184).

Pela petição de fls. 187 a 191, o impetrante reitera os termos da impetração e ataca alguns fundamentos expostos pelo Ministério Público Federal. Faz a juntada de cópia do inteiro teor da decisão proferida pela Segunda Turma desta Corte no HC nº 94.641/BA, Relator para o acórdão o Ministro **Joaquim Barbosa**, alegando que o caso se assemelha ao debate posto no presente **habeas corpus** (fls. 192 a 220).

É o relatório.

16/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: SERGIO AMILCAR DE AGUIAR MAIA
IMPTE.(S)	: CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXPLICAÇÃO**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Senhor Presidente, também agradeço a colaboração da advocacia. Tenho sempre procurado resumir os **habeas** que trago a julgamento, em razão da quantidade de demandas. Mas, o tema, Senhor Presidente, do relatório que fiz e da sustentação do nobre advogado, impõe realmente uma reflexão maior. Formei o meu convencimento - e o trarei à Turma para que verifique se é caso de me acompanhar ou dele divergir - de acordo com aquilo que eu compulsei dos autos, cujo tema realmente impõe uma reflexão maior a nós, Ministros desta Corte.

Basicamente, o fato é que o juiz colheu o depoimento de dois corréus e, nesse interrogatório, que já seria um novo interrogatório na fase do artigo 499, esses dois corréus deram depoimentos que implicaram a participação de um terceiro, que até então não havia sido investigado. É esse terceiro que é o paciente desse **habeas corpus**.

Pois bem, o Ministério Público pediu, então, a abertura de um inquérito; o juiz enviou a ordem ao delegado, que editou a portaria de abertura do inquérito, o qual, por sua vez, resultou na formulação de um pedido inicial de arquivamento; posteriormente, o juiz negou o arquivamento. O Ministério Público, então, por intermédio de outro procurador, de primeira instância, apresentou uma nova denúncia; houve um **habeas corpus** no Tribunal Regional Federal que anulou essa denúncia apresentada, porque a revisão do pedido de arquivamento teria de ter sido feita por membro do Conselho, e não por um colega de Procuradoria Regional (o Conselho aqui em Brasília, do Ministério Público Federal). Ao fim e ao cabo, o Conselho acabou ratificando essa nova denúncia. Esses foram, em resumo, e de maneira bastante objetiva, os fatos que ocorreram.

Fiz uma cronologia que delimita e objetiva bem o tema desse **habeas corpus**. Assinalo também que a defesa mencionou que o juiz fez ofícios ao STJ para acelerar o julgamento de **habeas corpus** no qual havia a liminar que impedia o andamento

da ação penal anterior - ação penal relativa aos corréus e não ao paciente -, entendendo, assim, o impetrante, que o juiz teria agido de uma maneira não comum, não usual para aquele que deve manter distância equânime em relação aos fatos.

Senhor Presidente, com essa delimitação, espero estar sendo fidedigno aos autos.

16/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁ

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Conforme relatado, o presente **habeas corpus** volta-se contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça que denegou a ordem no HC nº 58.502/PR, Relatora a Ministra **Laurita Vaz**, e tem como objetivo *“anular o acórdão atacado, julgando procedente a exceção de impedimento oposta, a fim de que a ação penal originária seja processada e julgada pelo substituto do Juiz Federal Sergio Fernando Moro, anulando todos os atos praticados desde o recebimento da denúncia”* (fl. 13).

Narra o impetrante, na inicial, que:

“(…)

3. Por força de delação premiada de co-réu, após mais de doze (12) dos fatos tido por ilícitos, o ora paciente foi denunciado perante o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal na ação penal nº 2003.70.00.068722-7/PR pela prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional no âmbito do Consórcio Nacional Garibaldi.

4. No ano de 1994, por ocasião da liquidação do Consórcio Nacional Garibaldi, o relatório unilateral do Banco Central do Brasil redundou na denúncia de seus sócios proprietários e administradores. Naquela ocasião o Ministério Público deixou de oferecer denúncia contra o ora paciente Sergio Amílcar de Aguiar Maia, pois o mesmo jamais compôs o quadro social do referido consórcio e, tampouco, apurou-se a prática de qualquer ato ilícito.

Sucedê, que durante a longa tramitação da ação penal de nº 96.00.18045-8, após o oferecimento das alegações finais e quase (doze) anos depois da liquidação extrajudicial da administradora do Consórcio, os réus resolveram prestar informações mentirosas e infundadas ao Juiz da 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba Especializada em Lavagem de Dinheiro e Crimes contra o Sistema Financeiro, Dr. Sergio Fernando Moro, em desfavor ao ora paciente e outro, obtendo dessa forma os benefícios da delação premiada.

Entretanto, ainda que inverídica e destituída de qualquer valor probatório, a delação realizada pelos réus e sócios do Consórcio, Agostinho de Souza e Rui Rodrigues Libretti, por iniciativa do Juiz Federal Sergio Fernando Moro, motivou o pedido de instauração de inquérito policial em desfavor de Sergio Amílcar de Aguiar Maia, que obteve parecer do Ministério Público Federal pelo seu imediato arquivamento, com fulcro no art. 43, 2ª Parte do inciso III e inciso I, ambos do artigo 43 do Código de Processo Penal.

Mesmo com o parecer pelo arquivamento, diante das sucessivas

discordâncias do Juízo Monocrático, o inquérito policial embora não findo (i.e, sem o relatório da autoridade policial) virou denúncia, a qual, como esperado, foi recebida pelo Magistrado Dr. Sergio Fernando Moro, que (direta ou indiretamente) participou da colheita de provas inerentes à delação em questão, muito embora, nesse caso específico, estivesse impedido de atuar.. Aqui, repita-se, reside o fundamento deste **habeas**.

5. Em síntese, no presente caso, o Ilustre Magistrado não poderia receber a denúncia, pois além de manifestar sua discordância com o pedido de arquivamento do Ministério Público Federal, participou das investigações, presidindo as delações e colheita de provas que resultaram na denúncia do ora paciente.

6. Pela situação exposta, foi impetrado em favor do ora paciente **Habeas Corpus** perante o Superior Tribunal de Justiça” (fls. 3 a 5 – grifos no original).

A Quinta Turma daquela Corte de Justiça denegou a ordem nos termos seguintes:

“HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. DELAÇÃO PREMIADA. JUIZ FEDERAL QUE DETERMINA A REMESSA DOS ELEMENTOS COLIGIDOS PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO PROCURADOR DA REPÚBLICA EM VEZ DE REMETÊ-LO AO PROCURADOR-GERAL. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. EFETIVA APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 28 DO CPP POR ORDEM DO TRF. ALEGADA IMPARCIALIDADE (SIC) DO JUIZ NÃO EVIDENCIADA.

1. Não macula a imparcialidade do Juiz a colheita de elementos indiciários tomados em interrogatório em que o réu, por confissão espontânea, revela toda a trama delituosa visando à redução de pena prevista no § 2.º do art. 25 da Lei n.º 7.492/86, incluído pela Lei n.º 9.080/1995 (‘Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.’).

2. Ao devolver os autos ao **Parquet** para reavaliação da **opinio delicti** não está o Juiz impedido de atuar no processo-crime que venha a ser instaurado, porque age como fiscal do princípio da obrigatoriedade da ação penal, sem malferir sua imparcialidade de julgador. Inteligência do art. 28 do Código de Processo Penal.

3. É irrelevante, outrossim, o fato de o Juiz Federal, discordando do pedido de arquivamento, ter devolvido os autos do inquérito para o Procurador da República oficiante no feito, a fim de que reconsiderasse, em vez de remetê-lo diretamente para o Procurador-Geral, como determina o art. 28 do Código de Processo Penal, na medida em que, de um lado, esse modo de proceder não

configura nenhuma demonstração de imparcialidade (sic) e, de outro lado, o Tribunal **a quo**, em sede de **habeas corpus**, determinou o estrito cumprimento do procedimento da lei processual penal, tendo sido a denúncia regularmente processada, depois de ratificada pela 2.^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

4. Ordem denegada” (fl. 933 do apenso).

É contra essa decisão que se insurge o impetrante neste **writ**.

Pelo que se tem na decisão proferida pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, não se vislumbra nenhuma ilegalidade, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem. Com efeito, o acórdão proferido por aquela Corte de Justiça encontra-se suficientemente motivado, restando justificada a formação do convencimento.

Ademais, tenho para mim que as alegações do impetrante, nos termos em que foram formuladas, não se enquadram nas hipóteses de impedimento previstas no artigo 252 do Código de Processo Penal, que indicam a impossibilidade de exercício jurisdicional do magistrado.

Como assentou a doutrina e a jurisprudência pátrias, não se adotou, no Brasil, a sistemática do juizado de instrução, em que o magistrado exerce, simultaneamente, as funções próprias da autoridade policial e do **Parquet** no tocante à coleta das provas.

No modelo acusatório adotado em nosso ordenamento processual penal, caracterizado pela publicidade, pelo contraditório, pela igualdade entre as partes e pela neutralidade do juiz – e que não se confunde com o processo inquisitivo adotado alhures –, quando o magistrado preside o inquérito, apenas atua como um administrador, um supervisor, um coordenador, no que concerne à montagem do acervo probatório e às providências acautelatórias, agindo sempre por provocação, jamais de ofício. Não exterioriza qualquer juízo de valor acerca dos fatos ou das questões de direito emergentes nessa fase preliminar que o impeça de atuar com imparcialidade no curso da ação penal.

O mesmo se diga com relação a eventual coleta de depoimentos em sede de delação premiada, cujas informações podem, a critério do Ministério Público, ser relevantes para a apuração de fatos imputados a organização criminosa e ensejar eventual concessão das benesses previstas em lei ao delator.

Note-se que, no caso **sub examine**, inclusive, não houve propriamente instauração de expediente administrativo tendente à obtenção de informações relevantes

que pudessem ensejar a concessão de eventuais benefícios decorrentes de lei em razão da delação, mas reinterrogatório que se processou no curso de ação penal, a requerimento dos réus (fl. 504 do apenso 3), como facultado pelo art. 196 do CPP.

Se, após o encerramento da colheita dos depoimentos testemunhais, resolveram os acusados fazer esclarecimentos suplementares que, na essência, ensejaram a persecução penal contra o ora paciente por gestão fraudulenta de instituição financeira (no caso, de um consórcio), não poderia o Magistrado, por dever de ofício (CPP, art. 40), simplesmente ignorar esse fatos.

Mais ainda, a sistemática do interrogatório, ao cabo da instrução criminal, inclusive, é hoje a regra geral, conforme preconiza o art. 400 do Código de Processo Penal, de acordo com a redação que lhe deu a Lei nº 11.719/08, *in verbis*:

“Art. 400. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado” (grifou-se).

Esse ato, assim como o fato de haver o Juiz conhecido e julgado feito contra os outros réus, também não é causa de impedimento à condução de nova ação penal instaurada contra o paciente.

Nesse sentido, o seguinte precedente da lavra do eminente Ministro **Carlos Velloso** (HC nº 83.020/SP – j. 25/5/2004):

“PROCESSUAL PENAL. PENAL. **HABEAS CORPUS**. SUSPENSÃO DA HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR. VIOLAÇÃO. AÇÃO PENAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ IMPARCIAL E NATURAL. EXCESSO DA DENÚNCIA. INÉPCIA. INCORRÊNCIA. I. - O disposto no art. 252, III, do CPP, refere-se a impedimento de juiz que no mesmo processo, mas em outra instância, tenha se pronunciado sobre a questão. II. - Inocorrência de ofensa ao princípio do juiz natural, dado que a ação penal foi submetida à livre distribuição. III. - Denúncia que atende aos requisitos do art. 41 do CPP. IV. - H.C. indeferido.

Do aludido voto, colhe-se a seguinte lição:

“(…)

Inexiste a alegada ofensa ao princípio do juiz imparcial, compreendido, aliás, no princípio maior, o do juiz natural. É que o disposto no art. 252, III, do Código de Processo Penal, refere-se a impedimento de juiz que no mesmo processo, mas em outra instância, tenha se pronunciado sobre a questão. Como bem registra o parecer do Ministério Público, ‘a regra se dá em razão do postulado constitucional do duplo grau de jurisdição que pressupõe dois julgamentos por juízes distintos (sendo o segundo por colegiado)’ (fl. 335).

Assim decidiu a 1ª Turma, no julgamento do HC 73.099/SP, cujo acórdão porta a seguinte ementa:

‘EMENTA: **Habeas corpus**’.

- No tocante à alegação de nulidade do julgamento da apelação por estar impedido Juiz que dele participou apesar de ter exercido jurisdição em ação civil pública movida contra os réus pelas fraudes ocorridas na LBA, é ela improcedente, porquanto as causas, enumeradas no artigo 252 do Código de Processo Penal, que dão margem a impedimento, dizem respeito ao mesmo processo e não, como ocorre no caso, a outro. O inciso III desse artigo se refere ao impedimento de Juiz que, no mesmo processo, mas em outra instância, se houver pronunciado, de fato ou de direito, sobre a questão. Ademais, as causas de impedimento são taxativas e as normas que as enumeram em **numerus clausus** são de direito estrito.

(…)

Habeas corpus indeferido’ (‘D.J.’ de 17.5.96).

De igual modo, não tem procedência a alegação de que o magistrado teria interesse na ação penal, razão por que estaria impedido de julgá-la. Sobre a questão, acrescenta o ilustre membro do **parquet**: ‘... ao prolatar uma sentença condenatória o Juiz simplesmente cumpre com sua função jurisdicional, sendo totalmente descabido se falar em interesse do mesmo em seu cumprimento. O interesse em que seja fielmente cumprido o **decisum** é do Estado (e não do Juiz), por isso estabeleceu tipificação autônoma para o caso de descumprimento (no caso art. 307 do CTB)’ (fl. 335).”

Essa questão foi igualmente decidida na ação penal originária perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região (EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO CRIMINAL Nº 2005.70.00.005750-2/PR – Rel. Des. Fed. **Néfi Cordeiro** – DJU de 23/11/2005), com ementa com o seguinte teor:

“EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO. IMPARCIALIDADE DO JULGADOR. INTERVENÇÃO PROBATÓRIA DO MAGISTRADO. NÃO

CONFIGURAÇÃO DAS HIPÓTESES TAXATIVAS.

1. Constituem-se a suspeição e o impedimento em garantias da jurisdição, como corolário da defesa social, que retira a resposta criminal das mãos da vítima ou interessados. São hipóteses graves e taxativas, que comprovadas são aptas a afastar a confiança no juízo imparcial e assim causam o afastamento do excepto.

2. Embora doutrinariamente contestável a intervenção probatória do magistrado, especialmente em grau tão elevado que venha a substituir-se a uma das partes, no sistema brasileiro não só é tolerada a atuação probatória do juiz, como inclusive determinada, ao prever que deve o juiz provocar a persecução penal quando tome conhecimento de crime, ao possibilitar a requisição judicial de provas na investigação e ao prever a produção de provas de ofício na ação penal.

3. Mesmo considerando que deva o magistrado intervir na busca da verdade real e que isso se dará com o cuidado consciente de evitar a assunção do papel de parte - mais provavelmente acusadora -, eventual extrapolação desse limite pelo juiz não o torna impedido, por falta da competente previsão legal dessa hipótese de afastamento.

4. Exceção rejeitada.”

E foi esse exatamente o entendimento adotado pela Ministra **Laurita Vaz** em seu voto, assim fundamentado, na parte que interessa:

“(…)

Ora, o juiz que preside audiência de interrogatório, onde eventualmente surgem provas contra co-réus, não está impedido de conduzir posterior ação penal contra estes. Assim fosse, estaria em todos os casos de conexão, principalmente a probatória. De todo modo, o art. 252 do CPP aponta situação de impedimento apenas quando o juiz se manifesta, sobre uma mesma questão, em graus de jurisdição diversos. E este, à toda evidência, não é o caso dos autos. Mais uma vez, reitere-se, não houve exorbitância alguma do regular exercício da jurisdição” (fl. 936 do apenso).

Ademais, ressalto o que observou o Ministério Público Federal, ao pronunciar-se pela denegação da ordem:

“(…)

3. Como visto, a presente impetração busca a declaração de impedimento do Juiz Federal Sérgio Fernando Moro para atuar na Ação Penal nº 2003.70.00.068722-7/PR, na qual o paciente foi denunciado pela prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (arts. 4º, 5º, 6º, 8º e 11, c/c os arts. 1º, I, parágrafo único, e 25, todos da Lei nº 7.492/86, combinados, ainda, com os arts. 29 e 69 do Código Penal).

4. O impetrante alega que 'o impedimento aqui debatido, deriva da impossibilidade do Juiz que participa da colheita de provas em sede de delação premiada, vir a presidir posterior ação penal em desfavor do prejudicado pela delação' (fl. 3). Neste ponto, cumpre esclarecer que o Superior Tribunal de Justiça, adotando parecer da i. Subprocuradora-geral da República Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, assentou que 'não houve, tecnicamente, audiência de delação premiada', mas 'realização de novo interrogatório' (fl. 173).

5. Em que pese essa controvérsia (delação premiada ou novo interrogatório), a apreciação dessa questão em nada influencia a querela quanto ao 'impedimento', como passa-se a demonstrar.

6. As hipóteses de impedimento do juiz estão taxativamente expressas no art. 252 do Código de Processo Penal, que enumera:

'Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;

IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.'

7. Tais hipóteses, conforme já decidiu esse Pretório Excelso, constituem rol taxativo, não sendo permitida a inclusão de quaisquer outras (...).

8. **In casu**, a atuação do Juiz Federal em ação penal ajuizada contra o paciente, derivada da colheita de provas em sede de delação premiada ou em interrogatório realizado em outros autos, não se enquadra, **data venia**, em nenhuma das hipóteses de impedimento anteriormente referidas, em especial o inc. III do art. 252 do CPP, como quis fazer crer a defesa.

9. Como é de veras sabido, '**o disposto no art. 252, III, do CPP, refere-se a impedimento de juiz que no mesmo processo, mas em outra instância, tenha se pronunciado sobre a questão**' (grifo nosso - HC n.º 83.020/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª T., DJ 12.11.04). No caso sub examine, contudo, a situação é inversa. **Trata-se da colheita de provas em processo diverso (Ação Penal n.º 96.00.18045-8) que subsidiou a instauração de inquérito policial, oferecimento de denúncia e ajuizamento de ação penal distinta contra o ora paciente.**

10. É dever do Juiz, ao tomar conhecimento de possível crime de ação pública incondicionada, comunicar o fato à autoridade policial competente, não caracterizando tal atitude, de nenhum modo, impedimento em futura atuação em

HC 97.553 / PR

ação penal que decorra dessa prova. Nesse sentido, merece transcrição parcial o voto condutor do aresto impugnado, que apreciou a questão com acerto (fls. 173/174):

‘(...) De fato, não macula a imparcialidade do Juiz a colheita de elementos indiciários tomados em interrogatório em que o réu, por confissão espontânea, revela toda a trama delituosa visando à redução de pena prevista no § 2º do art. 25 da Lei nº 7.492/86, incluído pela Lei nº 9.080/1995 (Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.).

Nesse contexto, a **determinação pelo Magistrado de remessa desses indícios para instauração de inquérito policial nada mais é do que o regular exercício de suas atribuições legais, entregando a investigação e o esclarecimento dos fatos criminosos noticiados à autoridade policial, sem imiscuir-se diretamente na fase investigatória e, por conseguinte, sem arranhar sua isenção (...)**. (grifo nosso)

11. **Ex positis**, opina a Procuradoria Geral da República pela denegação da ordem” (fls. 182 a 184 – grifos no original).

De outra parte, a jurisprudência da Corte também já se manifestou em sentido de que as hipóteses de impedimento elencadas no artigo 252 do Código de Processo Penal constituem um rol taxativo, que não pode ser ampliado.

Nesse sentido:

“EMENTA: PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. PRESIDÊNCIA DE INQUÉRITO. IMPEDIMENTO DO MAGISTRADO. INOCORRÊNCIA. ART. 252 do CPP. ROL TAXATIVO. PRECEDENTES. JUIZADO DE INSTRUÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE DO ART. 75 DO CPP COM A CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA. I - As hipóteses de impedimento elencadas no art. 252 do Código de Processo Penal constituem um **numerus clausus**. II - Não é possível, pois, interpretar-se extensivamente os seus incisos I e II de modo a entender que o juiz que atua em fase pré-processual desempenha funções equivalentes ao de um delegado de polícia ou membro do Ministério Público. Precedentes. III - Não se adotou, no Brasil, o instituto acolhido por outros países do juizado de instrução, no qual o magistrado exerce, grosso modo, as competências da polícia judiciária. IV - O juiz, ao presidir o inquérito, apenas atua como um administrador, um supervisor, não exteriorizando qualquer juízo de valor sobre fatos ou questões de direito que o impeça de atuar com imparcialidade no curso da ação penal. V - O

art. 75 do CPP, que adotou a regra da prevenção da ação penal do magistrado que tiver autorizado diligências antes da denúncia ou da queixa não viola nenhum dispositivo constitucional. VI - Ordem denegada” (HC nº 92.893/ES, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJ de 12/12/08).

Em relação a esse precedente, inclusive, cumpre destacar que a discussão gravitava em torno da impossibilidade de atuação de membro do Ministério Público e de magistrado que, figurando como vítimas de crime praticado pelo investigado, evidentemente, não poderiam subscrever denúncia contra o acusado da infração penal ou conduzir o processo contra ele instaurado, situação absolutamente diversa daquela em análise nestes autos.

No mesmo sentido:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA FUNDAMENTADA. PRECLUSÃO DA ARGUIÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. COMPORTAMENTOS TÍPICOS ATRIBUÍDOS AOS RECORRENTES DESCRITOS NA DENÚNCIA. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. HIPÓTESES TAXATIVAS. 1. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal segundo a qual não é possível reexame de provas na via do habeas corpus. 2. Sentença condenatória fundamentada com base nos fatos e nas provas que permeiam a lide. 3. A arguição de inépcia da denúncia está coberta pela preclusão quando, como na espécie, aventada após a sentença penal condenatória, o que somente não ocorre quando a sentença vem a ser proferida na pendência de habeas corpus já em curso. Precedentes. 4. Denúncia que contém ‘a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias’, com adequada indicação da conduta ilícita imputada aos recorrentes, de modo a propiciar a eles o pleno exercício do direito de defesa (art. 41 do Código de Processo Penal). 5. Hipóteses descritas no art. 252 do Código de Processo Penal. Rol taxativo. 6. Recurso ao qual se nega provimento.” (RHC nº 98.091/PB, 1ª Turma, Relator a Ministra **Cármem Lúcia**, DJ de 15/14/10).

Note-se que, no caso em julgamento, não houve intervenção direta do magistrado na investigação ou na persecução penal contra o ora paciente. A remessa dos depoimentos dos corréus, assim como da documentação complementar por eles apresentada e do relatório circunstanciado do BACEN a respeito da administração do Consórcio Nacional Garibaldi (decisão de 7/8/03, trasladada a fl. 499 – apenso 2),

decorreu de prévia requisição de instauração de inquérito policial à autoridade policial (cf. Ofício nº 3.183/03, de 30/7/03 – fls. 496/497), o qual foi recepcionado pelo Departamento de Polícia Federal em 1º/8/03 (fl. 496 – apenso 2) e ensejou a Portaria inaugural (fl. 495 – apenso 2).

Diversamente do que se deu no precedente invocado pela defesa (HC nº 94.641/BA, da relatoria do Ministro **Joaquim Barbosa** – j. em 11/11/08), na hipótese dos autos, a intervenção do Juiz não se deu em processo antecedente instaurado contra o próprio réu, no qual, sob a presidência do mesmo magistrado, já tivesse ele formado juízo de valor a respeito dos fatos imputados ao réu.

O mesmo ocorreu no caso da invocada ADI nº 1.570-1/DF (relator o Ministro **Maurício Corrêa** – j. em 12/02/2004), em que se reconheceu a inconstitucionalidade de preceito de lei que autorizava a realização de diligência de busca e apreensão de documentos essenciais pessoalmente dirigida pelo juiz.

Tampouco a discordância do Magistrado em acatar primitivo pedido de arquivamento do inquérito contra o paciente formulado pelo MPF – com esteio em apontada ocorrência de prescrição em perspectiva e em argumento metajurídico que sustentava falta de interesse público na persecução penal diante do decurso de aproximadamente uma década entre os fatos e o início da ação penal, posições absolutamente escoteiras e flagrantemente contrárias ao posicionamento desta Suprema Corte – pode ser interpretada como adiantamento de juízo de valor a respeito dos fatos do processo.

É fato que, naquela ocasião, ao invés de determinar o retorno dos autos ao Procurador da República em primeiro grau, deveria ter, de imediato, adotado as providências previstas no art. 28 do Código de Processo Penal. A denúncia, todavia, como se vê do voto da eminente Ministra **Laurita Vaz** (fls. 170/174), veio a ser ratificada pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ensejando válido e regular prosseguimento da ação penal instaurada contra o paciente.

Por último, tampouco a simples expedição de ofício ao Superior Tribunal de Justiça solicitando presteza no julgamento de questão que ensejou a suspensão do trâmite da ação penal instaurada contra os corréus, por força de liminar concedida pelo então Ministro **Vicente Leal**, enseja o reconhecimento de qualquer interesse pessoal e direto do Magistrado na causa, revelando, ao contrário, necessária e prudente preocupação

para que não viesse a ocorrer eventual prescrição da pretensão punitiva estatal.

Ante o exposto, denego a ordem de **habeas corpus**.

É como voto.

16/06/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁ****V O T O**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu acompanho o Relator, Senhor Presidente, porque, como bem destacado por ele, a decisão tida como ato coator neste habeas corpus realmente não apresenta, pelos dados inclusive apresentados da própria conduta do juiz, nem ilegalidade nem abuso de poder que pudesse ensejar um constrangimento ilegal. Eu não vi caracterizado. O Ministro Relator expôs, inclusive com minudência, toda a tramitação, para concluir que realmente não há nenhuma eiva que pudesse ser desfeita.

Eu o acompanho às inteiras. *J*

* * * * *

16/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁ

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, também eu começo por elogiar o cuidadoso, consistente, belo voto mesmo do Ministro Dias Toffoli.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Profundo.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Necessariamente longo para compatibilizar essa extensão com a importância da própria tese. O Direito tem dessas coisas, desse campo de pouca clareza conceitual, digamos assim. A figura do juiz que preside o inquérito não entra muito, digamos assim, com facilidade nos nossos escaninhos mentais. Que figura é essa do juiz supervisor de um inquérito? Evidente que ele não é instrutor do processo, não é o investigador, muito menos um juiz, ele não vai emitir juízo técnico nenhum. Supervisionar não é orientar, e muito menos dirigir o inquérito. É aquela história do poeta português José Régio: não sei por onde vou, só sei que não vou por aí. As coisas ficam no campo da peculiaridade.

Eu diria que presidir um inquérito é projetar sobre o inquérito um olhar atento; é acompanhar o inquérito, como uma vela acesa, permanentemente acesa, sobre as diligências em que o inquérito se desdobra. A presença do juiz assegura ao inquérito uma normalidade por antecipação, mas sem que o juiz seja efetivamente um julgador, ele não é um julgador, ele não se convola em instrutor, muito menos em investigador.

Nós temos muita dificuldade para aceitar realidades jurídicas que não se encaixam nos nossos conceitos, nos nossos escaninhos mentais. Somos, aqui no Supremo também, personagens de inquéritos sob esse nome da supervisão. O que significa essa supervisão? Eu entendo que não é orientar, não é dirigir, por isso mesmo que não impede o juiz; o juiz não fica impedido, a meu sentir, de atuar numa segunda fase.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Vossa Excelência me permitiria?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Pois não.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu fico com a impressão que supervisionar aqui é ter a visão sobre, acima de todo o inquérito, para que ele não saia das rotas da legalidade.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Perfeito.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE)

- Se Vossa Excelência me permitir, nesta fase, pelo menos no atual estágio de evolução da legislação brasileira, o juiz atua como garante dos direitos fundamentais.



HC 97.553 / PR

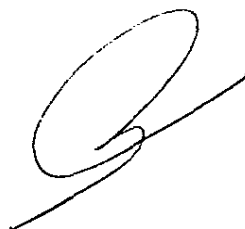
O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Perfeito. Talvez, em vez de chamar "supervisionar", é "supervisar", é uma supervisão, uma visão de cima, uma visão atenta.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Uma visão superior para garantir.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Na verdade, o juiz acompanha o inquérito, mas não dirige o inquérito, não orienta o inquérito; ele acompanha atentamente como uma espécie de cura, ele está curando. Disse muito bem Vossa Excelência, velando para que os direitos individuais não sejam ofendidos.

Bem, em suma, não entendo que, no caso, se verifique qualquer ilegalidade, qualquer abuso de poder. Ressalto o belo papel do Advogado, fez uma bonita sustentação oral. E também reforço o meu entendimento com o mesmo fundamento de que se valeu o eminente Relator: o rol taxativo dos impedimentos do juiz. Eu não consigo ampliar esse rol para alcançar essa situação de que estamos a cuidar.

Então, diante disso, eu também denego o **habeas corpus**.



16/06/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁ**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, a minha dúvida é simplesmente instrumental e diz respeito à exceção. Foi formalizada?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Foi formalizada a de impedimento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – É causa de pedir a problemática do julgamento da exceção?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Claro. No *habeas corpus*, quer-se que seja julgada procedente a exceção de impedimento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não, digo quanto ao julgamento na origem. Aponta-se, pelo menos no memorial, que o próprio excepto teria julgado a exceção.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

O *habeas corpus* tirado no Superior Tribunal de Justiça é contra o julgamento do Tribunal Regional. Esse o recusou.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O Regional?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Sim.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O Regional recusou. O Juiz deu-se por equidistante para a atuação no processo crime e remeteu a exceção, cujo pedido foi rejeitado.

HC 97.553 / PR

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

O juiz se deu por capaz de continuar no processo; equidistante.

Faço no meu voto, inclusive, transcrição do acórdão do Tribunal Regional Federal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – É que Vossa Excelência fez um resumo e, talvez, não tenha lido essa parte, por isso não percebi.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Então o Tribunal Regional julgou improcedente essa exceção e contra essa decisão foi tirado um *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. O advogado ali na assistência assente quanto a isso. .

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, era a única dúvida que tinha, porque, realmente, a concentração é perniciosa. A legislação instrumental prevê que o juiz deve pronunciar-se quanto ao que articulado em termos de perda de equidistância. Não admitindo o impedimento, tem de, então, remeter os autos respectivos ao órgão competente. No mais, não há como enquadrar a postura do magistrado no artigo 252 do Código de Processo Penal. Atuou no ofício judicante como deveria fazê-lo.

Por isso, acompanho o relator, indeferindo a ordem.

16/06/2010

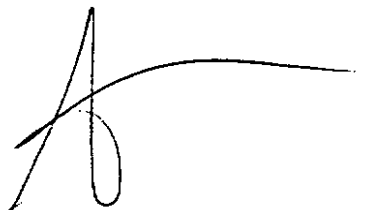
PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.553 PARANÁV O T O

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu também acompanho o eminente Relator. Louvo o voto minucioso de Sua Excelência e também o trabalho do eminente Advogado.

Tal como fizeram os Colegas, eu também entendo que, no atual estágio de evolução da nossa legislação penal, o art. 252 é de ser entendido em toda sua taxatividade. Sabemos que está em curso no Congresso Nacional um projeto de lei que busca separar a figura do juiz instrutor daquele correspondente à do juiz julgador. Mas, ao que consta, a norma ainda não foi aprovada. É uma instituição que existe na França, na Itália, dentre outros países, e tem dado certo, segundo notícias que temos, sobretudo na Itália.

Portanto, mais uma vez louvando o eminente Relator, acompanho Sua Excelência.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 97.553

PROCED.: PARANÁ

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S): SERGIO AMILCAR DE AGUIAR MAIA


IMPTE.(S): CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Falou o Dr. Carlos Alberto Farracha de Castro, pelo paciente. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 16.06.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski.
Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto,
a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de
Castro Mathias.


Fabiane Duarte
✓ Coordenadora